

RESENHAS

CALDART, Roseli Salete, **Educação em movimento: formação de Educadoras e Educadores no MST**. Petrópolis, Vozes, 1997, 180 pp.

Aloísio Ruscheinsky*

A história de movimentos sociais no contexto da sociedade brasileira no período recente tem sido contada e recontada, especialmente através do discurso oriundo do lugar social dos sujeitos diretamente envolvidos nos fatos. Apanhar a novidade do movimentalismo pela ótica da educação popular constitui-se um procedimento peculiar no universo da literatura. A análise do processo educativo ensejado, ensaiado e prosperado a propósito de um movimento social, de um lado possui uma íntima relação com a construção histórica e, de outro, com a ação dos intelectuais ou assessoria técnica no interior da referida organização. Neste sentido, o livro de Roseli Salete Caldart, *Educação em movimento**, revela de maneira significativa a ação dos intelectuais no seio do Movimento dos Sem Terra (MST): propiciando elementos culturais para reter a memória social das lutas empreendidas, bem como da prática educativa levada a efeito através das estratégias; incidindo sobre uma prática pedagógica determinada que se renova no espaço e no tempo, de acordo com as mudanças conjunturais; inventando um espaço de pesquisa, no intuito de destacar informações pertinentes ao movimento, utilizando a metodologia da investigação-ação.

Por mais que permaneçam posicionamentos divergentes, o processo pedagógico como instrumentalização dos membros envolvidos

* Professor do Mestrado em Educação Ambiental, FURG, Rio Grande, RS.

na luta social da reforma agrária designa-se de maneira qualificativa como educação política ou formação do horizonte de compreensão direcionado à cidadania. A educação assim percebida representa o empenho do agente sem terra para se transformar em cidadão, em sujeito da história, inserido na sociedade como ator entre outros. A direção do movimento insiste numa postura de educação permanente e progressiva, modificando o estatuto da interpretação do mundo, via na qual pretende consolidar o direito à educação em sua compreensão mais plena, direcionada à formação do sujeito característico requerido pela cidadania.

A formação de lideranças para um movimento social com presença no cenário nacional torna-se um proposta fundamental para enfrentar a perspectiva de longo prazo, bem como para delinear um projeto político que contemple a luta social pelo acesso à terra. A presença dos intelectuais possui o significado de atender o requisito da democratização do conhecimento, mesmo porque a vigência dos direitos do cidadão requer conhecimento, rede de informações e explicação para as causas dos problemas sociais. O auxílio mais imediato da assessoria encontra-se na construção de uma mediação discursiva, na tentativa de libertação das formas do pensamento submisso, bem como no empenho de conjugar interesses econômicos, com o discurso político e o horizonte cultural.

A autora apresenta de maneira extensiva a proposta alternativa de educação para o meio rural, especialmente visando configurar uma proposta ensejada, fruto da prática e experienciada na luta social pela especificidade da reforma agrária. Na realidade, torna-se impossível enumerar todos os desafios presentes na implementação do objetivo de consolidar-se numa alternativa educativa ao modelo dominante. Especialmente, a multiplicidade e pluralidade do social no qual se inserem as ações estratégicas dos membros do movimento em prol da reforma agrária possui um caráter de processo, de prática social, com uma diversidade de interlocutores e atividades públicas conjuntas com outros atores sociais. A proposta de educação sob a perspectiva de alternativa à submissão ideológica alça à pretensão, em suma, de revestir-se em projeto político.

O livro em apreço, de estilo leve e atraente, divide-se em quatro partes. Na primeira, a autora contextua a crescente preocupação com a perspectiva educativa dentro do movimento. Na segunda parte, destaca a emergência de uma forma sistemática de preparar educadoras e educadores para a realidade específica considerando as contingências, os obstáculos e os fluxos da luta social. Na terceira, apresenta as delimitações da proposta pedagógica de um curso de magistério organizado no ritmo e no horizonte cultural das mobilizações pelo acesso e pela permanência nos assentamentos. Na quarta parte, delinea o horizonte ideológico de mestres para uma escola diferente, que se coadune com a expectativa e a esperança da reforma agrária, com a inovação das perspectivas de desenvolvimento da vontade política e com o horizonte de interpretação do mundo a partir da memória forjada na luta social.

O implemento de formas cooperadas de trabalho, comercialização, produção e propriedade, bem como a modernização da atividade agrícola exercida, visando níveis de competitividade e acesso ao mercado, possuem maiores chances de sobrevida com a qualificação da formação política. Isto é, compreender textos, formular propostas, ler e avaliar projetos coloca-se como uma exigência do patamar desejado de cidadania, como condição inerente à luta social pela reforma agrária patrocinada através das mobilizações.

O livro em destaque narra parcela substantiva da articulação de um setor voltado para os aspectos educativos dentro do MST, consolidando e intensificando a prática pedagógica sob a ótica de formação da consciência social adequada à luta social, incluindo o aumento do grau de alfabetização como tentativa de facilitar a leitura de textos informativos e do mundo circundante. A autora destaca o desenvolvimento da formação de agentes voltados para a educação, bem como o treinamento de lideranças visando a ação articulada entre demanda pelo acesso à terra e um entendimento do jogo de forças. A abrangência e a importância dada ao ângulo da educação dentro das temáticas tratadas pela direção do movimento vem desenvolvendo-se significativamente,

conquistando um espaço de destaque, por mais que tal não seja o objetivo fundante e o motivo nucleador dos excluídos do acesso à terra.

O Movimento Sem Terra publica uma série de revistas denominadas *Cadernos de Formação*, desde os anos 80, atingindo duas dezenas de números entre 1985-1996, sendo que os *Cadernos de Educação* vêm à tona somente nos anos 90, despontando com volume significativo de números publicados. Essa mudança demonstra que os financiamentos obtidos das agências de fomento registram determinados direcionamentos e temáticas, bem como revela a localização no tempo e no espaço da experiência mais sistemática de preparação de educadores com cursos específicos, privilegiando a alfabetização.

A intensidade do debate em torno da qualidade da educação política viabilizada pela luta social corresponde, em grande medida, à consistência da organização alcançada, bem como da articulação com um conjunto de forças sociais e da formulação teórica de uma política pedagógica. Com criatividade, a autora intercala o discurso de atores do cotidiano, que contribuíram com a histórica proposta de educação para o Movimento, e o discurso analítico a propósito de uma realidade educativa complexa.

A importância da proposta de uma escola de formação de educadores de novo perfil e da conquista obtida pela iniciativa na área da alfabetização pode ser demonstrada pelo fato de que Paulo Freire, em 1991, veio ao assentamento Vitória da Conquista, em Bagé/RS, no lançamento de uma nova etapa da campanha de alfabetização. A consistência foi alcançada através da vontade política de obter sucesso em meio à multiplicidade de adversidades.

O debate e a articulação em torno da conformação de novos direitos sociais afirmados no seio da legislação vigente - especialmente a mobilização em torno da singular participação a favor de emendas populares durante o processo de reforma constitucional entre 1987/88 - constitui-se num fenômeno cultural e sócio-político relevante para o debate de “uma escola diferente” para coadunar-se com o curso da história do MST. A reforma agrária consolidou-se como temática de interesse para

diversas entidades de tal forma que mais de uma emenda popular sobre o assunto obteve o mínimo de assinaturas para a consideração da comissão de sistematização.

Cabem algumas observações sobre a periodização apresentada pela autora na primeira parte do texto. A análise apresentada, a propósito da desenvoltura do Movimento e da dimensão do setor da educação para o período de 1989-94, limita-se a fatores políticos externos e conjunturais (p.33). Observando sob outro ângulo o mesmo fenômeno, é possível destacar, num certo sentido, o auto isolamento do momento, com uma determinação política de auto-suficiência. Significado que se depreende, inclusive, através do lema adotado “ocupar, produzir e resistir”, através do qual aflora a pretensão de consolidar-se como sujeito que se distingue antes pelas forças próprias, pela autonomia, destacando-se pela raia própria, do que pelas conexões com outros atores sociais. É o momento histórico em que, uma vez consolidados direitos sociais na legislação e sendo reconhecida de maneira manifesta a oposição política à reforma agrária, os desenlaces destacados pela autora dependem antes do tipo de radicalidade postulado pelo movimento do que da articulação proporcionada entre outros atores do cenário. Isolamento ou radicalidade vem reconhecido de maneira implícita pelo lema adotado para o período subsequente, “reforma agrária, uma luta de todos”, confrontando-se com a necessidade de consolidar a união de posicionamentos diversos.

A premiação obtida de organismos internacionais em período recente significa a vigência de uma alternativa arrojada de educação e um reconhecimento da qualidade do trabalho educativo realizado. No mais, remete igualmente às conexões com entidades internacionais e à vigência de financiamento através de agências voltadas a projetos de cunho social, popular e alternativo. A própria pesquisa e a publicação do livro de Caldart possui como referência fundamental a ligação entre o movimento e a UNICEF, desembocando em seu apoio estratégico.

O texto de Caldart é mais do que um manual a ser distribuído para os membros do Movimento para lhes oferecer subsídios que venham

a consagrar uma visão de mundo e menos do que um texto de recorte estritamente acadêmico. Nas entrelinhas, percebe-se uma perspectiva histórica evolutiva questionável, especialmente na medida em que no campo dos movimentos sociais cabe destacar instantes de fluxo e de refluxo das perspectivas postas.

Em termos comparativos, a perspectiva teórica presente em obra anterior da autora, **Sem terra com poesia**, parece sensivelmente mais arejada dentro do horizonte das teorias sociais, do que as esparsas referências, no texto em análise, a compreensões mais ortodoxas ou similares às históricas tentativas de popularizar esquemas teóricos complexos. A direção nacional, ao menos parcela dos seus intelectuais, desde longa data, insiste em reproduzir enfoques de análises da sociedade similares a manuais, com parâmetros simplificadores de interpretação da sociedade capitalista, que em suma ousa engessar a dinâmica do real.

A proposta educativa traz no seu bojo costurar e construir a consistência da aspiração que levou a adesão ao movimento pela reforma agrária em meio aos condicionamentos e constrangimentos que os mecanismos da luta social impõe. Além disso, incentiva um questionamento da natureza política quanto à violência que se abate em suas diversas formas sobre a vida cotidiana dos Sem Terra: exploração, expropriação, pobreza, propriedade, exclusão, discriminação.

A trajetória do Movimento em destaque vem apontar que a educação pode ser um poderoso aliado como alavanca em favor da mudança na visão de mundo e da amplitude de compreensão na qual se inserem os seus interesses. Esta virtuosidade e consistência dependem da direção ideológica e daí a relevância para conquistar mais adeptos convictos para a democracia e para a participação. As peripécias pelas quais passa o intuito educativo remetem à criatividade e à capacidade dos indivíduos que podem ser alinhados no rumo de realização de um destino histórico. As mudanças instauradas pela formação política necessitam de um dever ético para permanecerem em vigor e que se ampara na ação coletiva, na intuição, criatividade e sensibilidade.

A publicação do texto de Caldart vem a público em momento oportuno em que a onda da ótica neoliberal, como um nefasto furacão, está privatizando o espaço público sob o ponto de vista econômico, político e cultural. Ou seja, não somente empresas públicas são privatizadas como apropriação privada de uma poupança realizada de forma coletiva, mas também nossas esperanças e aspirações sofrem o impacto da privatização e do refluxo da cidadania. A obra expõe uma das alternativas ensaiadas frente à crise de paradigmas em seu sentido mais geral, inclusive os éticos e morais, e propõe uma reação indignada desde uma indignação ética.

Endereço do autor:

Caixa Postal: 474, DECC/FURG

96203-900 - Rio Grande - RS

Fone: 0532 - 301400 - R. 131

FAX: 0532 - 301939

E-mail: DECCAR@super.furg.br